

O Congresso esboça uma... autocrítica

GAZETA MERCANTIL

01 NOV 1993

por José Casado
de Brasília

Há uma novidade na cena política brasileira: o Congresso Nacional está esboçando uma autocrítica.

A CPI da Corrupção começou a abrir os porões do Legislativo, uma extensão dos subterrâneos do Executivo. "O ilícito existia, a democracia está permitindo que a sociedade veja o que existia", observa Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo no Senado Federal, um dos integrantes da Comissão.

Mas não é fácil, ele desabafa: "Sabe, essa CPI é muito diferente de todas. Ela investiga a nossa casa, a nossa gente. É o Congresso se punindo... Estamos partindo para uma autopunição dramática. Isso, realmente, é novo".

Na quarta-feira, a CPI retoma suas audiências pondo diante dos microfones e câmeras um dos expoentes do conservadorismo no Legislativo, o deputado federal Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro da Ação Social no governo Fernando Collor de Mello.

Fiúza vai depor porque foi o segundo parlamentar mais citado nas denúncias de corrupção do ex-diretor do Departamento de Orça-

mento da União, José Carlos Alves dos Santos — conforme a contabilidade do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). O primeiro, recordista absoluto, foi o deputado João Alves (PPR-BA).

Fiúza substituiu Alves no posto de relator do Orçamento Geral da União para 1992. Ele passou a semana distanciado de jornalistas, preparando-se para a inquirição na CPI.

No cofre da Comissão há uma vasta papelada sobre Fiúza. Ela conta uma história que começa em meados de 1991, num acordo entre ele e o deputado João Alves então relator da Comissão de Orçamento.

Alves vinha sendo pressionado a deixar o cargo, por disseminação de suspeitas de manipulação do Orçamento, especialmente nas dotações de subvenções sociais. Ele aceitou sair, depois de "acertos".

O "Envelope 6/Documento 15", guardado no cofre da CPI, contém uma carta de Alves a Fiúza solicitando "providências para acertos". Alves sugeriu ser a maneira que os integrantes da Comissão ficariam favoráveis a ele (Fiúza), na indicação de relator-geral.

Fiúza assumiu o posto de relator. Em novembro de 1991, o deputado

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) enviou-lhe um ofício em papel timbrado da Câmara, assinado, comunicando que terminara o relatório do capítulo "Fundo Nacional de Desenvolvimento" do Orçamento/92.

Dizia: "Conforme suas instruções, aprovei emendas sugeridas pelo senador Teotônio Vilela Filho, no montante de Cr\$ 20 bilhões", o equivalente a US\$ 76,6 milhões na época.

Em seguida, Vasconcellos relacionava três obras a serem executadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Ao lado da Hidrelétrica de Manso (MT), escreveu, a caneta, o nome das empreiteiras Mendes Júnior e Tratex. Junto à Hidrelétrica de Santa Rita (MG) pôs "Andrade" — de Andrade Gutierrez. No caso da Hidrelétrica de Miranda (MG), anotou Queiroz Galvão e Tratex.

Fiúza levou o Orçamento à votação no final de dezembro de 1991. Com seu relatório final bastante atrasado (70 mil emendas foram

apresentadas), recebeu delegação para incluir emendas depois da aprovação pelo plenário. Pelo menos 760 emendas foram anexadas. "Escolhemos quem interessava", contou José Carlos Alves dos Santos, que assessorou Fiúza na época.

Aprovado o Orçamento
Fiúza assumiu o Ministério da Ação Social, para o qual, sozinho, havia apresentado emendas no valor total de US\$ 110,1 milhões (ver tabela). Começava a batalha pelo descontingenciamento das verbas.

O "Envelope 8/Documento 3" da CPI conta como isso acontecia. Os papéis foram explicados pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento a Comissão: "São relações das entidades que o deputado João Alves que recebiam subvenções sociais: tem anexada uma ordem de pagamento em que a maior parte delas está relacionada. Eram relações que eu fazia na casa do deputado João Alves, com ele, ele me ditando as coisas — quanto deveria entrar, quanto não deveria, o que iria entrar em cada relação, etc."

Santos, ao examinar os

papéis, chega ao "Envelope 8/Documento 23". A transcrição da sua surpresa: "Ah!, isso é fundamental. Isso aqui vem comprovar exatamente... Primeiro, é um bilhete do deputado Fiúza ao Maurício, que é o secretário executivo do ministério (da Ação Social) — com a própria letra e a assinatura dele".

O bilhete diz: "Maurício, por gentileza, priorizar para o próximo trimestre 80% do saldo. Deverá dar em torno de 70 a 80" (bilhões de cruzeiros da época). Acrescenta: "Combinar com o dr. José Carlos".

Santos, que também assessorou Fiúza no ministério, explicou à CPI: "Isso aqui e a liberação do saldo das subvenções sociais que ele tinha no ministério. Em anexo, na folha seguinte, estão, de próprio punho do ministro, em cartão dele, os critérios que deveriam ser adotados para que os recursos fossem liberados. Primeiro, entidades tradicionalmente atendidas: indicações políticas, observados os trâmites legais. Então, tinha o valor 13 para uma, 5 para outra; total, 18.

Critérios: valor máximo igual ao do ano anterior
criticado.

Observação: o mínimo para o Estado da Bahia, para não vincular com o deputado João Alves."